

ATA NÚMERO 130/XII (3.ª)

Aos nove dias do mês de outubro de 2013, pelas 9 horas e 20 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audiência do Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional sobre o contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão.

—

Dando início à audiência, o Sr. Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, agradeceu a presença do Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro, e do Sr. Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Pedro Lomba, e explicou a metodologia dos trabalhos.

Informou igualmente que a audiência se iniciaria com uma exposição do Sr. Ministro, por um período de 10 minutos.

Sob a forma de interpelação à Mesa, o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) sublinhou que, embora sendo digno de registo o facto de ter sido o Senhor Ministro a solicitar esta audiência à Comissão, o Grupo Parlamentar do PS entende que é lamentável que o documento relativo à proposta de contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão só tenha sido enviado aos Deputados no dia anterior, às 23 horas, o que não se compadece com um debate esclarecido e cabal acerca dos destinos da RTP, e com uma análise detalhada de um documento estrutural para a empresa.

Depois de uma breve troca de palavras entre os Srs. Deputados Francisca Almeida (PSD), Pedro Delgado Alves (PS) e Cecília Honório (BE), o Sr. Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional fez a apresentação da proposta de contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão entregue na Assembleia da República, sublinhando que ela será também apresentada aos trabalhadores da RTP e enviada à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e ao Conselho de Opinião da RTP.

Começou por sublinhar que o novo contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão visa preparar a RTP para prosseguir o serviço público no contexto de um mercado audiovisual substancialmente diferente, com a integração de múltiplas e novas plataformas de acesso a conteúdos; estabelecer uma orientação clara para o serviço público e promover uma cultura institucional suscetível de a prosseguir; posicionar o serviço público quer como um regulador de qualidade do mercado audiovisual português, quer como um promotor desse mercado e da sua diversidade e criatividade; posicionar o serviço público de *media*, igualmente, como um promotor de Portugal no mundo; aproximar o serviço público dos cidadãos, quer através da promoção da confiança e relação institucional estabelecida com a RTP, quer através de uma lógica de programação de proximidade e identidade; e conceber este contrato à luz de um modelo de Governo que evite, no futuro, o risco de governamentalização da RTP e que, dessa forma, possa também contribuir para uma gestão mais eficaz e eficiente da empresa.

Disse também que o novo contrato de serviço de televisão e rádio que o Governo pretende assinar com a RTP estabelece que a estação deve apenas «manter um mínimo de meios de produção interna», sem comprometer «os objetivos de serviço público».

Por outro lado, sublinhou que se pretende integrar no mesmo contrato o serviço público de televisão e o de rádio, sob a égide do conceito de serviço público dos *media*.

O serviço de programas generalistas, a RTP1, continuará a ser dirigido para o grande público, como um regulador da qualidade da programação, mas competindo com os outros canais através de formatos diferenciadores e inovadores; a RTP2 ganhará uma identidade mais clara, sendo que terá uma forte ênfase cultural; a RTP Informação deverá passar a ter uma «vocação especial de proximidade, «com janelas de programação regional transmitidas para cada uma das regiões».

Sublinhou, também, que será feita uma remodelação e que haverá um investimento reforçado dos serviços internacionais, que passarão a ter conteúdos próprios e um papel de promoção económica e cultural de Portugal, para além de continuarem a promover a ligação às comunidades portuguesas e aos países de língua portuguesa. Disse que, para desenvolver e concretizar este novo modelo irá ser criado um grupo de trabalho com representantes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Economia, e que a sede desses serviços será no Porto, região com um tecido empresarial particularmente vibrante.

Por outro lado, sublinhou que será criado um núcleo de editores especialistas por géneros de programação, que funcione como «massa crítica» que pense em termos de programação, e interaja com o mercado de produção independente, com vista ao desenvolvimento de novas ideias e formatos, que fará parte de uma nova cultura institucional suscetível de incorporar e implementar mais facilmente os valores do serviço público.

Referiu, também, que o que se pretende é criar uma cultura institucional mais aberta à inovação, à recompensa do mérito e à promoção da massa crítica interna da empresa sendo, neste sentido, obrigatória a existência de um código de ética e conduta, amplamente divulgado, e que será a base de autoavaliações periódicas pelos próprios serviços.

Disse também que a RTP vai estudar o possível lançamento de quatro novos canais dedicados às áreas infanto-juvenil, educação, música e sociedade civil, lançamento esse que está dependente de estudos e da sua adequação à sustentabilidade financeira da empresa e de autorização da tutela ou da entidade a criar no âmbito do novo modelo de governo.

Afirmou que a discussão deste contrato de concessão deve ser o mais alargada possível, inclusiva e aberta a toda a sociedade portuguesa, indo o Governo no próximo dia 17 de outubro lançar um *micro-site*, através do qual seja possível, não só tomar conhecimento da proposta, como também ser um fórum aberto à participação de qualquer cidadão, um banco de ideias onde cada um possa contribuir com as suas sugestões e soluções, que depois serão discutidas numa iniciativa designada «Dia do serviço público», jornada dedicada à discussão do contrato de concessão e que decorrerá na RTP.

Sublinhou que este contrato de concessão pressupõe um novo modelo de governo, cujos detalhes serão concretizados numa proposta de alteração dos estatutos da empresa a apresentar durante o mês de novembro, o que pode exigir alterações à Lei da Televisão.

No que concerne ao modelo de governo, disse que a sua principal novidade tem a ver com a criação de um Conselho Geral independente, a quem será atribuída grande parte dos poderes de supervisão e controlo do cumprimento do contrato de concessão, tendo também como incumbência a futura nomeação das próximas administrações da empresa. As regras concretas da sua nomeação/eleição serão apresentadas na proposta de alteração dos Estatutos, sendo objetivo do Governo ter um órgão genuinamente independente e não representativo de diferentes partidos ou

interesses sociais, com uma composição limitada (5 a 7 membros) de forma a poder ser realmente coeso e eficaz no exercício dos seus poderes.

No fundo, o objetivo desta alteração no modelo de governo da empresa é o de eliminar o risco de governamentalização da empresa. Mesmo que este risco não seja real, a simples perceção de que a administração pode ser vista como instrumento político provoca problemas na capacidade de gestão da empresa e, nesse sentido, os primeiros nomes terão de ser genuinamente independentes. Será difícil alterar, no futuro, a noção de independência deste Conselho Geral, se os primeiros membros forem reconhecidos por todos como independentes, explicou.

Disse, também, que a RTP tem excesso de recursos humanos para a sua operação, pelo que terá de haver uma redução no âmbito do esforço de ajustamento orçamental progressivo que tem vindo a ser feito na empresa. Esses recursos humanos representam um custo superior aos custos de grelha — o que é quase único —, sem que isso tenha impacto na capacidade de executar o plano para o futuro da RTP. Assegurou, também, que haverá o financiamento necessário para esse processo.

Quanto à TDT, referiu que ela tem de aumentar a oferta de canais em sinal aberto, devendo incluir preferencialmente pelo menos um canal de informação (com uma forte componente regional) e um canal infanto-juvenil. É intenção do Governo que, o mais tardar no início do próximo ano, existam desenvolvimentos concretos na oferta TDT e nas decisões de estratégia com ela relacionadas. Sublinhou que, para acompanhar este processo de alargamento de canais em sinal aberto na TDT e o da reforma do modelo de governo da RTP, foi nomeada uma comissão de acompanhamento (composta pelos Dr. Ponce Leão, Dr. Pedro Machado e Professores Júlio Gomes e Ricardo Reis), que irá também proceder a uma análise do mercado de produção, agregação e distribuição de conteúdos audiovisuais em Portugal.

De seguida usaram da palavra os Senhores Deputados Francisca Almeida (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP) e Cecília Honório (BE) que colocaram várias questões, tendo o Senhor Ministro respondido individualmente a cada um dos Srs. Deputados.

A Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) colocou questões sobre a produção independente e o impacto que a mesma poderá ter ao nível dos recursos humanos e da poupança

da empresa; o código de conduta e ética da empresa como forma de monitorização contínua das obrigações de serviço público; e o novo modelo de governo da empresa.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) levantou questões sobre a sustentabilidade financeira da empresa e a sua capacidade para sobreviver a este novo figurino; a estratégia existente para o pagamento da dívida e para o cumprimento das suas obrigações; as novas fontes de receita; o investimento que terá de ser feito para garantir a qualidade, proceder à modernização da empresa e dos equipamentos técnicos; o destino da atual massa de recursos humanos e a necessidade de motivar os trabalhadores; a formação interna e a requalificação do pessoal; a opção de colocar de fora da RTP alguma produção; a simplificação do figurino das obrigações específicas da empresa e o modelo de cumprimento do serviço público; as orientações estratégicas para a rádio e as sinergias com a televisão; a nomeação do conselho geral e o escrutínio parlamentar que existirá; e, por fim, a manutenção da estrutura do Conselho de Opinião.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) solicitou esclarecimentos sobre a criação de um centro para os serviços internacionais na cidade do Porto e a necessidade de apostar em conteúdos próprios, com uma produção próxima das fontes e como polo estimulante e mobilizador das forças da sociedade civil: a orientação que vai ser dada e a dinâmica de funcionamento destes serviços para que possa haver uma adaptação a um mundo em permanente mudança; o controlo de cumprimento dos perfis dos canais; o novo modelo da RTP com o novo Conselho Geral.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) colocou questões sobre a simplificação do contrato de concessão no que respeita aos centros de produção da RTP e da RDP, à alteração das formas de produção interna e à cobertura territorial; a alteração do modelo de financiamento da RTP e da RDP; as alterações que o Governo pretende introduzir na Lei da Televisão; as obrigações de serviço público que vão deixar de ser efetuadas pelas RTP e RDP; o recurso à produção externa; e o número de postos de trabalho que vai ser afetado com este novo modelo de financiamento e com o novo contrato de concessão do serviço público.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) questionou o Senhor Ministro sobre a opção estratégica da empresa e o anúncio feito pelo Presidente do Conselho de Administração da RTP sobre o despedimento de 300 trabalhadores; os custos dos despedimentos e da deslocação da produção para empresas externas à RTP; o financiamento da empresa e suas implicações; a composição do futuro conselho geral; a fusão das redações da RTP e da RDP e o desinvestimento na rádio.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

O Senhor Ministro respondeu individualmente aos Senhores Deputados no seguimento das respetivas intervenções.

Na segunda ronda intervieram os Senhores Deputados Carla Rodrigues (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Margarida Netto (CDS-PP), Carla Cruz (PCP) e Cecília Honório (BE), a que o Senhor Ministro respondeu em bloco.

Foram abordadas muitas das questões anteriormente expostas, designadamente as respeitantes aos recursos humanos da RTP, ao recurso à produção externa, às rescisões amigáveis, ao Conselho Geral, ao destino do arquivo da RTP, aos meios de produção interna da empresa e à dívida do Estado para com a LUSA.

Na terceira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Maria da Conceição Caldeira, Lídia Bulcão, Nuno Encarnação e Francisca Almeida (PSD), Jacinto Serrão e Pedro Delgado Alves (PS), Pedro Morais Soares e Raúl de Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP) e Cecília Honório (BE), tendo o Senhor Ministro respondido globalmente às questões colocadas e o Senhor Secretário de Estado Adjunto, Pedro Lomba, complementado essa resposta.

A audiência foi transmitida em direto pelo Canal Parlamento e integralmente gravada em suporte vídeo, encontrando-se disponível em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL3/02_com/12_cpecc/20131009cpecc.wmv, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 12 horas e 35 minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 9 de Outubro de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Mendes Bota)

Folha de presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Carla Cruz
Carla Rodrigues
Cecília Honório
Francisca Almeida
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
João Portugal
Lídia Bulcão
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Odete Silva
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves
Pedro Morais Soares
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sérgio Azevedo
João Figueiredo
João Lobo
Margarida Neto
Nuno Encarnação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

João Paulo Correia

Luís Pita Ameixa

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 30/10/2013.